

EDIÇÃO 3 - 2023

PANORAMA DA PARTICIPAÇÃO PRIVADA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA



ABCIP

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS CONCESSIONÁRIAS
DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA





EXPEDIENTE

PANORAMA DA PARTICIPAÇÃO PRIVADA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA é uma publicação da ABCIP – Associação Brasileira das Concessionárias de Iluminação Pública

É permitida a reprodução desta publicação ou de informações nela contidas desde que a ABCIP seja citada como fonte

Coordenação editorial: RLC Comunicação e Ideias

Coordenação executiva: Eliana Stellino

Edição e entrevistas: Leila Reis

Redação: Brenda Fucuta

Assistente editorial: Vivian Leite

Projeto e design gráfico: Luiz Felipe Gualtieri Monteiro

Formato: 20 X 20 cm

Publicação: março/2023



PANORAMA DA PARTICIPAÇÃO PRIVADA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA


2023





SUMÁRIO

EDITORIAL	5
PERSPECTIVAS NA NOVA CONJUNTURA	7
PESQUISA ABCIP/EY	10
O CAMINHO DAS PPPS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	13
• Contratos Assinados	
• Projetos em Andamento	
• Consórcios Públicos de Municípios	
CONSÓRCIO PIONEIRO CONCLUI A MODERNIZAÇÃO	21
CIDADES ILUMINADAS	23
• Porto Alegre	
• Rio de Janeiro	
• Teresina	
• Angra dos Reis	
REDUÇÃO DA PEGADA DE CARBONO COM IP	28
AS FRONTEIRAS DA TECNOLOGIA SE AMPLIAM	30
ESTRUTURADORES DE PROJETOS	35
• CAIXA	
• BNDES	
• IPGC	
• HOUER	
ASPECTOS JURÍDICOS	41
VERIFICADOR INDEPENDENTE É FIEL DA BALANÇA	43
QUEM SOMOS	45
NOSSOS ASSOCIADOS	46



PERSPECTIVAS DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA NOVA CONJUNTURA



SETOR ABRE POSSIBILIDADE DE PPP PARA OUTRAS ÁREAS

As perspectivas das PPPs de iluminação pública são promissoras. Com 95 contratos assinados e quase 800 em preparação, o setor mostra robustez em 2023. Para alguns analistas, as parcerias de IP desempenham um papel relevante para no setor de PPP em infraestrutura: o de referência positiva.

A simplicidade dos projetos tem se revertido em uma escalada rápida dos processos, o que, por sua vez, ajuda a difundir esse tipo de parceria junto às prefeituras. Além de serem menos complexas que PPPs de saneamento e de resíduos, por exemplo, as de iluminação pública lidam com um importante fator, a base estável de recursos, como a CIP (Contribuição de Serviço de Iluminação Pública). “Depois de assinarem esses contratos, todos os prefeitos nos procuraram para fazer parcerias em outras áreas da infraestrutura”, comemora Manuel Renato Machado Filho, secretário adjunto da SEPPI (Secretaria de Infraestrutura Social e Urbana, da



Praças, parques, áreas de convívio e até ruas ficavam sem função durante o período noturno porque a população não se sentia segura.

Casa Civil), em entrevista exclusiva ao Panorama 2023. Segundo ele, isso aconteceu em 18 projetos, sendo que 11 contaram com o FEP (Fundo de Estruturação de Projetos) da Caixa Econômica Federal e sete foram apoiados pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

A melhor alternativa para não onerar os cofres públicos

Um estudo do Banco Mundial, que mapeou a percepção da população em dois municípios escolhidos para receber o apoio do FEP em projetos de IP, verificou que o principal impacto foi o da apropriação de áreas públicas pelos munícipes. Praças, parques, áreas de convívio e até ruas ficavam sem função durante o período noturno porque a população não se sentia segura. “A iluminação pública é uma das áreas da infraestrutura urbana que mais afeta a qualidade de vida dos cidadãos, garantindo a segurança, o conforto e a mobilidade nas cidades. As PPPs permitem que o setor privado forneça serviços de IP mais eficientes, modernos e avançados do que os prestados tradicionalmente pelo setor público,” afirma Denilson Campello, diretor do departamento de Estruturação de Projetos, SNFI, do MIDR, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

Primeiro desafio: alto deságio dos leilões

Mesmo com o otimismo dos players, o mercado vem se surpreendendo com o alto deságio nos últimos leilões,

que apresentaram até 70% de redução em relação ao valor de referência. O que explica essa aparente contração? Segundo especialistas ouvidos pelo Panorama, os deságios são frutos de vários fatores: 1. a queda de preço dos equipamentos necessários ao parque de IP, levando os contratos a mostrar uma diferença entre o custo real e o custo padrão; 2. a competição entre os players privados, que revela uma disputa forte mesmo em um cenário com taxas de juros muito altas. Um exemplo foi o leilão de Aracaju, SE, disputado pelo número recorde de 14 players. (A média de candidatos para uma licitação, no país, é de 2 a 5 empresas e, quando há o fator FEP, a média de licitantes sobe para 8 a 9.) 3. o potencial das receitas acessórias, que podem estar começando a aumentar o interesse das empresas privadas.

“Outro fator que pode influenciar o alto deságio nos leilões é a percepção de que há uma grande demanda pelo serviço de iluminação pública, o que aumenta a atratividade dos projetos”, afirma Denilson Campello, diretor do Departamento de Estruturação de Projetos, SNFI, do MIDR, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. “É importante ressaltar que a implementação de PPPs de IP exige um alto nível de planejamento, transparência e controle, uma vez que o setor público é responsável pela concessão e fiscalização desses contratos. É necessário que haja um equilíbrio entre as necessidades da população e os interesses das empresas envolvidas, garantindo a efetiva prestação do serviço público e a proteção dos direitos do consumidor.”

Mais desafios: ampliar a telegestão

A entrada da CAIXA e do BNDES na estruturação de projetos alavancou o mercado, mas uma das mais fortes críticas em relação ao papel desses agentes financeiros é a timidez na modelagem quando se fala de telegestão. Grande parte dos projetos propõe apenas de 20% a 30% na telegestão, quando o ideal seria contar com a gestão à distância na totalidade da área coberta pelo parque.

Como medida de estímulo ao aumento da telegestão, o governo federal trouxe dois atores importantes, a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) e o INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) para regular e facilitar as iniciativas de telegestão nos projetos de IP. Tanto a agência quanto o instituto trabalharam para modernizar os elementos regulatórios e superar dificuldades operacionais dos equipamentos adequados à telegestão. Segundo o secretário Adjunto Manuel Renato, a evolução deve ser gradual. “No começo, nem existiam



“Depois de assinarem os contratos, todos os prefeitos nos procuraram para fazer parcerias em outras áreas da infraestrutura”

Manuel Renato Machado Filho,
secretário adjunto da SEPPI (Secretaria de Infraestrutura Social e Urbana, da Casa Civil)

equipamentos de telegestão reconhecidos pelo INMETRO. Mas nos últimos projetos desenvolvidos, já falamos de telegestão para 100% da área coberta.”

A ANEEL padronizou as regras e aprimorou o tratamento dado pelas distribuidoras de energia ao município. Hoje, por exemplo, não há mais necessidade de o município aprovar projeto na distribuidora para substituir luminárias caso haja redução de consumo. “A nova regulação da ANEEL trouxe maior previsibilidade e segurança jurídica, não só para o setor elétrico, como também para os próprios municípios. Então, o ambiente regulatório estável, com regras claras e previsíveis, favorece as decisões de investimentos de longo prazo”, diz o diretor geral da ANEEL, Sandoval Feitosa Neto. Ele lembra que outras medidas importantes foram o tratamento dado para implementação de sistemas de telegestão e a utilização da dimerização na iluminação pública, que podem proporcionar uma economia ainda maior na energia consumida pelos parques de IP e contribuir para o desenvolvimento desse mercado.

A telegestão está diretamente relacionada à redução do consumo energético. Um bom sistema de telegestão pode render uma economia de até 60% no gasto com energia elétrica, lembra o diretor geral da ANEEL.

Um dos pontos que dificultam a inserção da totalidade da telegestão nas modelagens é o aspecto financeiro. Embora um sistema inteligente reduza o custo total de um parque, já que o controle das luzes se mostra muito mais eficiente, a aquisição de equipamentos costuma onerar



“Outro fator que pode influenciar o alto deságio nos leilões é a percepção de que há uma grande demanda pelo serviço de iluminação pública, o que aumenta a atratividade dos projetos”

Denilson Campello, diretor do departamento de Estruturação de Projetos, SNFI, do MIDR, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

o valor total do projeto. Outro fator é que as estruturas tributárias de cobrança da CIP ultrapassadas em muitos municípios, só podem ser alteradas com aprovação do legislativo municipal. Ou seja: as modelagens são construídas levando-se em conta a viabilidade do projeto e a autonomia do poder concedente em deliberar as tarifas.

“A modernização dos parques luminotécnicos pode trazer também a diminuição da emissão de gases de efeito estufa e a redução dos custos de manutenção. Isso pode ajudar a tornar o serviço mais eficiente e sustentável, beneficiando todos os cidadãos”, diz Denilson Campello. “Além disso, a universalização pode ajudar a promover o desenvolvimento econômico e social do país. A melhoria da infraestrutura de iluminação pública pode atrair mais investimentos e turistas, melhorar a qualidade de vida da população.”

É GRANDE A DISPOSIÇÃO DO MERCADO PARA AS PPPS DE IP

Pesquisa da ABCIP em parceria com a EY com empresas brasileiras aponta as expectativas de crescimento do mercado, os desafios e os problemas para a modernização dos parques luminotécnicos das cidades.

Diante da forte expansão das parcerias público privadas para a modernização dos parques de iluminação pública, a ABCIP (Associação Brasileira das Concessionárias de Iluminação Pública) e a EY, uma das maiores empresas de consultoria e auditoria do mundo, decidiram ouvir os principais players do setor sobre as perspectivas e os desafios das PPPs de IP como alternativa para tornar as cidades mais desenvolvidas, seguras e sustentáveis.

Em 2022, foram conduzidas cerca de 60 entrevistas com concessionárias de serviços de iluminação pública, acionistas de empresas interessadas no setor, bancos, consultorias, fornecedores de soluções tecnológicas. O otimismo apareceu em todos os segmentos pesquisados, prevendo uma triplicação do número de contratos entre municípios e a iniciativa privada para a modernização dos parques de IP até 2024. Ou seja, saindo dos quase 70 contratos assinados em meados de 2022, para 210 até o fim do próximo ano. Se confirmada a previsão, poderá ser o maior

volume de negócios desde 2014, quando a gestão da iluminação pública passou das distribuidoras de energia para os municípios.

O crescente interesse das empresas deve-se em grande parte à existência do custeio desse tipo de PPP pela receita gerada pela Contribuição de Serviço de Iluminação Pública (CIP) dos contribuintes na fatura de energia, um dinheiro destinado à conta de iluminação pública dos municípios. De acordo com a pesquisa, 68% dos grupos empresariais se desinteressariam pelas concessões se a CIP não existisse e a garantia do projeto dependesse de outro recurso não vinculado em lei.

Está claro para as empresas que o sistema de iluminação pública é a plataforma ideal para incorporar tecnologias de cidades inteligentes, mas para isso os contratos deveriam prever a implantação de sistemas de telegestão – gerenciamento da rede de iluminação por meio de hardware e software – em 100% do parque de iluminação e não parcialmente como vem acontecendo. Outro ponto captado é a agressividade com que as empresas e consórcios buscam estes contratos, fato que preocupa o setor. Os deságios chegam a quase 70% em alguns casos, o que pode parecer interessante aos municípios, contudo a dúvida é se as concessões terão sustentabilidade para se manter, além do risco de judicialização com pedidos de reequilíbrio contratual.

Outra preocupação é com o custo do capital, que tem ficado muito mais alto, a ponto de muitas vezes minar as margens dos vencedores dos leilões. A taxa

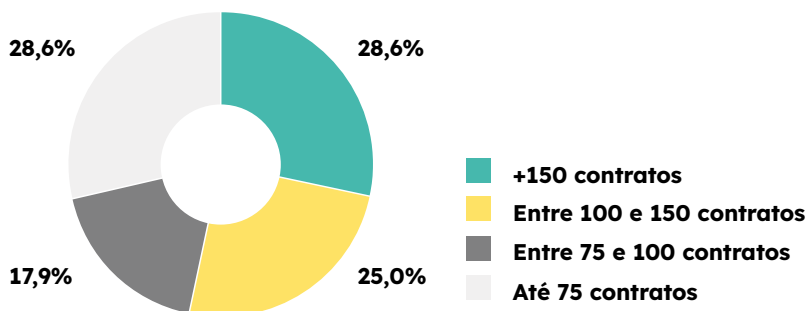
básica de juros, que no começo de 2021 era de 2%, batia os 13,25% à época da pesquisa. O que tem equilibrado a conta é que os custos do LED e das tecnolo-

gias vêm caindo significativamente nos últimos anos, além do que as concessões têm ocorrido com um mix de capital próprio e de terceiros.

ALGUNS DADOS DA PESQUISA

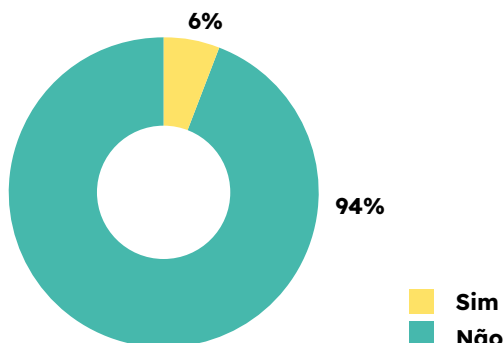
54%

DAS EMPRESAS ENTREVISTADAS PREVEEM A EXPANSÃO DAS PPPS DE IP

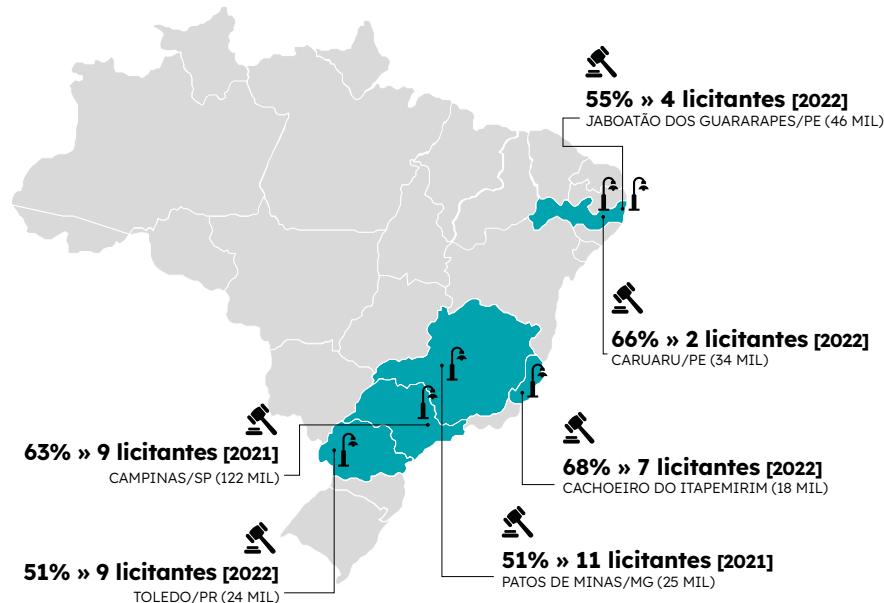


94%

DOS ACIONISTAS DE EMPRESAS E DOS EMPREENDEDORES AFIRMARAM QUE NÃO TERIAM INTERESSE NAS PPPS DE IP CASO NÃO EXISTISSE A CIP

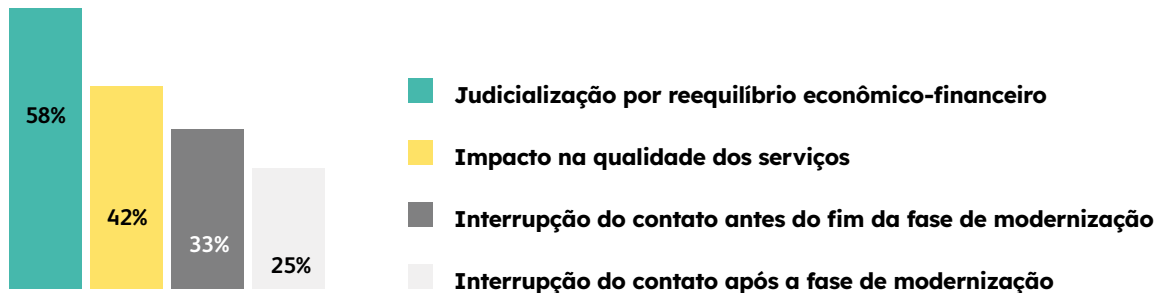


OS ACIONISTAS APONTARAM AS MAIORES CONSEQUÊNCIAS DO ELEVADO DESÂGIO NOS RECENTES LEILÕES: A POTENCIAL JUDICIALIZAÇÃO PARA REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO (58%) E O IMPACTO NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS (42%)



Legenda:
Deságio » # licitantes [Ano]
 MUNICÍPIO (PONTOS DE IP)

FONTE: EY, a partir de informações sobre as licitações



An aerial night photograph of a city built on a hillside overlooking a large body of water. The city lights are reflected on the water. In the foreground, a newly constructed road with multiple lanes and a median is illuminated, curving through a dark, wooded area. The road is the central focus of the image.

A PPP É O MELHOR CAMINHO PARA RESOLVER O PROBLEMA DOS PARQUES DE IP

O RETRATO DAS PPPS DE IP ATÉ 02/2023

CONTRATOS ASSINADOS

95

POPULAÇÃO BENEFICIADA

40 MILHÕES

PONTOS DE LUZ

3,2 MILHÕES

VALOR DOS CONTRATOS

R\$ 21 BILHÕES



DIVULGAÇÃO

MERCADO EM FRANCO CRESCIMENTO

Vem crescendo paulatinamente o número de prefeituras brasileiras que estão escolhendo as parcerias público privadas para modernizar seus parques de iluminação pública que, desde 2014, passaram a ser responsabilidade do poder municipal.

Os resultados colhidos pelas cidades que optaram por esse caminho – entre eles, mais conforto e segurança para a população, abertura de espaços de con-

vivência social no período noturno etc. – estimularam outros municípios a optar pelas PPPs. Assim, o número de contratos assinados passou de 17 (em 2019) para 51 em 2020 e chegou a 95 em fevereiro de 2023 (ver tabelas nas próximas páginas).

Levantamento feito pela ABCIP a partir de várias fontes mostra que o impulso no setor foi dado com a entrada no mercado de estruturadores profissionais, públicos e privados, de projetos de PPP de iluminação pública, mudando a paisagem noturna e oferecendo melhores condições de vida para os brasileiros.

CONTRATOS ASSINADOS

Município/UF	Concessionárias	População	Pontos de luz	Valor contrato (R\$ milhões)	Acionistas
Açailândia (MA)	Luzes de Açailândia	113.121	12.780	303,83	Arelsa e Salvi
Água Boa (MT)	ARC Água Boa Iluminação	26.204	3.800	70,78	Sigma Engenharia
Água Branca (PI)	Concip Água Branca	17.470	2.196	31,62	Sigma Engenharia e Sitran
Albertina (MG)	Consórcio Smart CGPI	2.913	316	11,26	Splice e RT
Almeirim (PA)	Infinity Almeirim Energy	34.076	3.638	74,82	Infinity Almeirim Energy
Anapu (PA)	Concip Anapu	28.607	2.470	24,09	Sigma Engenharia
Andradas (MG)	Consórcio Smart CGPI	40.706	4.940	11,26	Splice e RT
Angra dos Reis (RJ)	Luz de Angra	207.044	20.839	59,00	Enel X, Selt Engenharia e Mobit
Angical (PI)	Cidade Inteligente Angical	6.779	1.105	23,88	Potencial Engenharia
Aracaju (SE)	Conecta Aracaju	664.908	58.983	256,95	Proteres, High Trend, MG3 e RT
Bandeira do Sul (MG)	Consórcio Smart CGPI	5.713	729	11,26	Splice e RT
Barbacena (MG)	Concip Barbacena	139.061	13.861	188,03	Sigma, Sitran e Solarfast
Barra do Corda (MA)	Corda Luz	88.492	7.530	77,07	Brasiluz e Hikari
Barra do Garças (MT)	Barra Luz	61.135	12.000	119,11	Brasil Central Engenharia, Brasiluz e Engeluz
Barra do Pirai (RJ)	Iluminação Pública de Barra do Pirai	100.764	11.021	128,25	Statled Ronatus Construtora e Participações
Barreiras (BA)	Smart Lux Barreiras	158.432	15.710	56,00	Serrana e Tradetek
Barretos (SP)	IP Barretos	123.546	23.615	100,00	Fortnort, Seven, GCE e RH Engenharia
Belém (PA)	Luz de Belém II	1.499.641	90.000	458,00	Conasa, Zetta Infraestrutura e Eilo Serviços
Belo Horizonte (MG)	BH Iluminação Pública	2.521.564	182.000	991,78	BMPI, Planova, Selt e Remo Engenharia
Cachoeiro de Itapemirim (ES)	Luz de Itapemirim	210.589	18.556	248,30	Tradetek e Endeal Engenharia e Construções
Caieiras (SP)	Caieiras Luz	102.775	13.228	54,68	FM Rodrigues
Caldas (MG)	Consórcio Smart CGPI	13.630	1.852	11,26	Splice e RT
Campinas (SP)	Conecta Campinas	1.204.073	122.000	211,88	High Trend Brasil, Green Luce, Proteres e Severo Vilares
Campo Belo (MG)	Cidade Inteligente Campo Belo	54.186	7.244	38,25	Selt e Mobit
Campo Maior (PI)	Concip Campo Maior	46.893	5.000	47,53	Sigma Engenharia

CONTRATOS ASSINADOS					
Município/UF	Concessionárias	População	Pontos de luz	Valor contrato (R\$ milhões)	Acionistas
Campos do Jordão (SP)	Campos Luz Iluminação	52.713	6.578	31,82	RT Energia, Start Engenharia, Tecnoluz e Terracom
Caraguatatuba (SP)	Caragua Luz	123.389	19.987	198,51	Urbeluz e Fortnort
Carmo do Cajuru (MG)	MG1 Iluminação	22.693	4.700	61,37	Engeluz, Ghia Engenharia e Spin Energy
Caruaru (PE)	Luz de Caruaru	369.343	34.000	90,26	Enel X, Mobit e Selt
Castelo do Piauí (PI)	Concip Castelo do Piauí	19.716	2.126	29,61	Sigma e Sitran
Cataguases (MG)	Luz de Cataguases	75.942	7.871	60,00	Enel x e Selt Engenharia
Catanduva (SP)	Consórcio FB Luz	123.114	14.628	131,89	FBS e Brasiluz
Curitiba (PR)	Engie Soluções	1.948,63	163.000	303,60	Engie Brasil Energia
Divisa Nova (MG)	Consórcio Smart CGPI	6.068	1.063	11,26	Splice e RT
Dom Eliseu (PA)	Concip Dom Eliseu	60.469	3.100	53,24	Telluz Mater, Sitran e Sigma Engenharia
Dores do Indaiá (MG)	Concip Dores do Indaiá	13.373	1.438	26,05	Sigma, Sitran e Solarfast
Feira de Santana (BA)	Conecta Feira	619.609	61.000	275,00	Proteres, High Trend, MG3 e RT 071
Forquilha (CE)	Forquilha Luz	24.680	3.903	49,45	FM Rodrigues
Franco da Rocha (SP)	Luz de Franco	156.492	10.413	58,00	Zopone Engenharia, Mazza Fregolente e Sum-IP
Goianesia (GO)	C. O Energia Solar	72.045	6.550	106,8	C.O Energia Solar
Goianésia do Pará (PA)	Tellus Mater Brasil	41.081	2.200	22,33	Sigma Engenharia
Governador Eugenio Barros (MA)	Brasiluz	14.703	1.337	14,03	Brasiluz
Graça Aranha (MA)	Graça Aranha Luz	6.261	931	12,97	Brasiluz e Hikari
Guarapuava (PR)	Ilumina Guarapuava	182.644	23.874	131,00	Engeluz e Brasiluz
Guaratuba (PR)	Tecnolamp Guara Luz	37.527	6.400	59,97	Tecnolamp
Hortolândia (SP)	Ilumina Hortolândia	234.259	24.479	227,38	Engeluz, Brasiluz, Tecnoluz, Capital Humano e FM Rodrigues
Ibirité (MG)	Ibirité IP	182.153	18.541	79,54	Construtora Remo e BMPI
Ibitiura de Minas (MG)	Consórcio Smart CGPI	3.406	399	11,26	Splice e RT
Içara (SC)	Ilumina Içara	58.055	7.937	170,85	Faith, Lightcom e Serrana Engenharia

CONTRATOS ASSINADOS

Município/UF	Concessionárias	População	Pontos de luz	Valor contrato (R\$ milhões)	Acionistas
Icatu (MA)	Icatu Luz	27.423	2.493	19,77	Brasiluz e Hikari
Ipuiuna (MG)	Consórcio Smart CGPI	10.079	842	11,26	Splice e RT
Itatiba (SP)	Ilumina Itatiba	124.254	16.000	65,40	Engelux e NewWay
Jaboatão dos Guararapes (PE)	Luz de Jaboatão	706.867	64.260	130,81	Enel X, Mobit e Selt
Jaraguá (GO)	Jaraguá Luz	52.160	4.741	56,13	RH Engenharia, GCE e Smartly Engenharia Sustentável
Jatobá (MA)	Jatobá Luz	10.464	1.002	15,87	Brasiluz e Hikari
Macapá (AP)	Luz de Macapá	512.902	34.494	492,00	Enel X, Selt e Mobit
Manaus (AM)	Manaus Luz	2.219.580	129.527	922,00	FM Rodrigues, Engeform e CLD Construtora
Marabá (PA)	Marabá Luz	283.542	22.600	418,15	Urbeluz, Conasa e FM Rodrigues
Manacapuru (AM)	WF Serviços Elétricos	169.041	15.367	41,20	WF Serviços Elétricos
Mauá (SP)	Mauá Luz	477.552	45.752	352,95	Brasiluz, Conasa e FM Rodrigues
Miguel Alves (PI)	Concip Miguel Alves	33.833	2.930	34,10	Sigma Engenharia
Miguel Pereira (RJ)	Iluminação Pública de Miguel Pereira	25.581	6.300	68,70	Statled Ronatus Construtora e Participações
Mogéiro (PB)	C. O Energia Solar	13.238	1.235	30,18	C. O. Energia Solar
Nova Lima (MG)	Smart Lux Nova Lima	97.378	19.000	58,00	Tradetek e Serrana Engenharia
Nova Serrana (MG)	Quantum Engenharia	108.241	12.120	66,00	Quantum Engenharia
Oeiras (PI)	Oeiras Luz	37.138	4.084	51,84	Brasilluz e Sigma
Ouro Preto (MG)	Ouro Preto Luz	74.558	11.868	58,03	Brasiluz e FM Rodrigues
Palhoça (SC)	Qluz Concessionária de Iluminação Pública	175.272	17.814	187,83	Quantum Engenharia e Exati
Patos de Minas (MG)	Ilumina Patos	154.641	25.000	47,17	Spin Energy, Cale Eletricidade e Crate Construções
Pederneiras (SP)	Luz de Pederneiras	47.111	7.500	34,38	Mazza Fregolente, Sum-IP e Zopone Engenharia
Petrolina (PE)	Engie Soluções Cidades Inteligentes de Petrolina	354.317	36.000	105,16	Engie Brasil Energia
Porto (PI)	Concip Porto	12.608	1.313	17,17	Sigma Engenharia

CONTRATOS ASSINADOS					
Município/UF	Concessionárias	População	Pontos de luz	Valor contrato (R\$ milhões)	Acionistas
Porto Alegre (RS)	Consórcio IP Sul	1.488.252	104.352	403,10	Quantum Engenharia, Fortnort, GCE e STE
Presidente Dutra (MA)	Dutra Luz	48.036	5.057	64,76	Brasiluz
Ribeirão das Neves (MG)	IP Minas	338.197	26.838	258,43	Quantum Engenharia e Fortnort
Rio de Janeiro (RJ)	Smart Luz	6.747.815	450.000	1.400,00	High Trend, Proteres, Arc, Salberg e Green Luce
Santa Luzia (MG)	Concip Santa Luzia	221.705	22.386	396,97	Sigma, Sitran, Selt e Mobit
Santa Rita de Caldas (MG)	Consórcio Smart CGPI	9.027	981	11,26	Splice e RT
Santo Amaro (BA)	S/A Montagem e Instalação de Equipamentos	60.131	7.191	102,77	Brasiluz e Zetta Infraestrutura
São João de Meriti (RJ)	Alegrete RJ Participações	472.906	33.086	466,83	Urbeluz
São José de Ribamar (MA)	SJR Iluminação do Futuro	179.028	26.000	127,49	Citeluz e FM Rodrigues
São José dos Basílios (MA)	Basílios Luz	7.639	928	26,08	Brasiluz e Hikari
São Manuel (SP)	Luz do Brasil	41.287	6.853	33,8	Mazza Fregolente, Zopone Engenharia e Sum-IP
São Paulo (SP)	Iluminação Paulista	12.325.232	635.000	6.936,84	FM Rodrigues e CLD Construtora
Sapucaia do Sul (RS)	Ilumina Sapucaia do Sul	141.808	13.000	213,00	Tecnoluz e Brasiluz
Senador Alexandre Costa (MA)	Alexandre Luz	11.285	1.240,00	18,77	Brasiluz, Hikari e Quark Engenharia
Socorro (SP)	Ilumina Socorro	41.690	68.754	40,79	Brasiluz e Tecnoluz
Teresina (PI)	Teresina Luz	950.000	87.000	434,20	Brasiluz, Conasa e FM Rodrigues
Timbó (SC)	Farol do Vale Engenharia	44.977	7.046	29,11	Quark Engenharia
Toledo (PR)	Ilumina Toledo	144.601	24.274	47,28	Tecnoluz, Nexway e Engeluz
Tomé Açu (PA)	Concip Tomé Açu	64.030	4.300	78,52	Sigma Engenharia
Uberaba (MG)	Concip Uberaba	337.092	49.500	336,33	Sitran, Sigma Engenharia e TecnoLumen
Uberlândia (MG)	Engie Soluções Cidades Inteligentes de Uberlândia	699.097	85.000	251,36	Engie Brasil Energia
União da Vitória (PR)	Consórcio Foco	58.298	6.154	109,56	Contrel, Fortnort e Urbano
Vila Velha (ES)	SRE-IP Vila Velha	501.325	35.000	120,24	Splice, RT Engenharia e Engelmig Energia

PROJETOS EM ANDAMENTO

PROJETOS

775

PONTOS DE LUZ

6,1

MILHÕES

POPULAÇÃO

69,5

MILHÕES

A estruturação de projetos de PPP de IP está movimentando o mercado. Com o chamamento dos municípios pela CAIXA para custear a modelagem e estruturação em 2023, os projetos passam a englobar 775 cidades, abrangendo 6,1 milhões de pontos de luz para atender 69,5 milhões de brasileiros.

PROJETOS POR ESTADO

PROJETOS POR ESTADO			
Minas Gerais	143	Pará	14
Bahia	123	Goiás	13
São Paulo	73	Sergipe	7
Rio Grande do Sul	67	Rondônia	4
Paraná	57	Mato Grosso do Sul	2
Rio Grande do Norte	50	Paraíba	2
Pernambuco	49	Tocantins	2
Santa Catarina	46	Acre	1
Espírito Santo	27	Alagoas	1
Rio De Janeiro	27	Amapá	1
Mato Grosso	17	Amazonas	1
Ceará	16	Distrito Federal	1
Piauí	16	Roraima	1
Maranhão	14		

CIDADES SE UNEM PELA BOA ILUMINAÇÃO

O impacto da modernização da iluminação pública na população tem sido tão positivo que municípios de vários portes têm se unido em consórcios para estrutu-

rar projetos de PPP de IP em várias regiões do país. 439 municípios se uniram em consórcios para atender mais de 10 milhões de brasileiros.

CONSÓRCIOS	Nº municípios	População
CIMVALPI - Consórcio Interm. Multissetorial do Vale Piranga - MG	40	647.349
CODANORTE - Consórcio Interm. Multifinalitário Des. Ambiental Sust. do Norte de Minas - MG	35	878.731
CONVALES - Consórcio de Saúde e Des. dos Vales do Noroeste de Minas - MG	19	401.224
COPIRN - Consórcio Público Interm. do Rio Grande do Norte - RN	17	178.416
CISAMAVI - Consórcio Interm. de Saúde Multifinalitário do Alto Vale do Itajaí - SC	16	159.587
COPIRN - Consórcio Público Interm. do Rio Grande do Norte - RN	15	177.821
CIMOP - Consórcio Interm. Multifinalitário do Oeste Potiguar - RN	13	108.555
CI CENTRO SUL - Consórcio Intermunicipal Centro Sul - RS	13	255.569
CISCAI - Consórcio Interm. do Vale do Rio Caí - RS	13	104.244

**CIDADES SE UNEM
PELA BOA ILUMINAÇÃO**

CONSÓRCIOS	Nº municípios	População
CCNP - Consórcio Complexo Nascentes do Pantanal - MT	12	111.927
CONSÓRCIO Intermunicipal do Piquiri - PR	11	102.165
CMM - Consórcio de Municípios da Mogiana - SP	10	288.678
CONDER - Consórcio Interm. para o Desen. Regional - PR	10	277.099
CONSÓRCIO CONSTRUIR - Consórcio Interm. do Extremo Sul da Bahia - BA	10	220.598
CI JACUÍ – Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí – RS	10	141.364
CISAN - Consórcio Intermunicipal do Semiárido Nordeste II - BA	9	226.039
CDS TIPNI – Consórcio Des. Sustentável do Piemonte Norte do Itapicuru – BA	9	276.396
CISPAR - Consórcio Público Interm. de Des. Sustentável do Alto Paranaíba - MG	9	127.859
CIMEV - Consórcio Interm. Multifinalitário do Médio Rio das Velhas - MG	9	103.146
CISAPE – Consórcio Interm. do Sertão do Araripe Pernambucano - PE	9	197.410
AMREC - CIM - Consórcio Interm. Multifinalitário da Assoc. Mun. Região Carbonífera - SC	9	148.035
CONDESU - Consórcio Intermunicipal para o Desen. Sustentável - SP	9	389.565
CONSTESF - Consórcio de Des.Sustentável do Território do Sertão do São Francisco - BA	8	295.003
CIDENNF - Consórcio Público Interm. de Desen. Norte e Nordeste Fluminense - RJ	8	204.389
CIDCD - Consórcio Interm.I de Des. do Circuito do Diamante - BA	7	120.876
CDS LS - Consórcio de Desen. Sustentável do Território Litoral Sul - BA	7	466.519
CONDESC - Consórcio Des. Sustentável da Costa do Descobrimento - BA	7	359.852
CDSVJ - Consórcio de Desen. Sustentável do Vale do Jiquiriçá - BA	7	103.112
CICA - Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental - PR	7	130.114
CODEPAMPA - Consórcio de Desen. do Pampa Gaúcho - RS	7	366.877
CDS PORTAL DO SERTÃO – Consórcio Público de Des. Sustentável Portal do Sertão – BA	6	119.982
CDS ALTO SERTÃO - Consórcio de Des. Sustentável do Alto Sertão - BA	6	198.438
CIBARC - Consórcio Interm.I Bacia do Rio Corrente - BA	6	117.173
CAMINHOS DO TIBAGI- Consórcio Interm. de Des. Regional Caminhos do Tibagi - PR	6	143.015
CDS BACIA DO PARAMIRIM - Consórcio de Des. Sustentável Bacia do Paramirim - BA	5	113.588
CODEAM - Consórcio Público para o Des. do Agreste Meridional de Pernambuco - PE	5	117.228
COMAGSUL - Consórcios de Mun. do Agreste e Mata Sul de Pernambuco - PE	4	142.689
CISGA - Consórcio Intermunicipal de Des. Sustentável da Serra Gaúcha - RS	4	135.132
CONDES - Consórcio de Des. Sustentável do Território do Irecê - BA	4	137.488
CONIAPE - Consórcio Público Interm. do Agreste Pernambucano e Fronteiras - PE	4	120.137
PORTAL SUL - Consórcio Inter. Portal da Mata Sul - PE	4	101.017
CINDESC - Consórcio Interm. de Des. Sustentável do Sertão Central - PE	4	120.763
CIMPAJEÚ - Consórcio de Integração de Municípios do Pajeú - PE	4	144.279
CTR – Consórcio do Território do Recôncavo - BA	3	111.092
CONSBAJU - Consórcio Público de Saneamento Básico da Grande Aracaju - SE	3	158.583
COMUPE - Consórcio dos Municípios Pernambucanos - PE	2	119.218
CONLESTE - Consórcio Interm. de Desen. da Região Leste Fluminense - RJ	2	293.605
CP SINOS - Consórcio Público dos Municípios do Vale dos Sinos - RS	2	121.273

CONSÓRCIO PIONEIRO CONCLUI MODERNIZAÇÃO

O primeiro consórcio de municípios do país a concretizar a concessão dos serviços de iluminação pública para a iniciativa privada acaba de concluir a modernização dos parques de IP das cidades mineiras de Andradas, Albertina, Bandeira do Sul, Caldas, Divisa Nova, Ibitiura de Minas, Ipuíuna e Santa Rita de Caldas, beneficiando mais de 91 mil habitantes e investindo R\$ 90 milhões. Os serviços públicos operados pela concessionária Smart CPGI, que tem como acionistas a Splice Indústria e Comércio e RT Energia e Serviços, que também operam os serviços de IP de Vila Velha (ES), trouxeram outra cara para as cidades. “Os turistas que frequentam as estâncias climáticas do Sudoeste de Minas Gerais não acreditam na mudança ocorrida em apenas um ano,” diz Karina Fiúza, gestora do contrato de concessão. “Com a modernização dos parques, as praças passaram a ser cenário de festas, shows, prática de esportes. Melhor iluminado, o pré-carneval de Divisa Nova este ano foi muito mais animado.”

Os moradores dos municípios também comemoram a sensação de segurança pública para os filhos que chegam de ônibus das universidades do entorno e o fato de a iluminação ter afastado dos espaços públicos usuários de drogas. Mas não foi fácil o começo: “Em quatro meses instalamos oito dos 12 mil pontos de luz, trabalhando 24 horas por dia debaixo de chuva”, conta a gestora da SMART



ANDRADAS

ALEPH COUTO

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	PONTO DE LUZ
Albertina	2.913	433
Andradas	40.706	5.135
Bandeira do Sul	5.713	723
Caldas	13.630	1.860
Divisa Nova	6.068	1.131
Ibitiura de Minas	3.406	382
Ipuíuna	10.079	874
Santa Rita de Caldas	8.900	1.139
Total	91.415	11.677

CPGI. “Enfrentamos a pandemia da COVID e o atraso na entrega das luminárias por causa da crise internacional, sem contar com as extensões da rede em áreas não previstas.” Como na aldeia indígena Ibiramã Kiriri do Acré, em Caldas, lugar de onde Karina deu essa entrevista para o Panorama.

O trabalho de articulação dos municípios foi feito por Margot Pioli, atual prefeita de Andradas (base da concessionária), que em 2019, quando começou a estruturação da PPP de IP, era contratada pelo Consórcio Público para Gestão Integrada (CPGI), que hoje preside.



**CIDADES
ILUMINADAS**

MODERNIZAÇÃO COM PERSPECTIVA DE SMART CITY

Em 24 meses, a IPSul, concessionária dos serviços públicos de IP em Porto Alegre, modernizou o parque luminotécnico gerando uma redução no consumo de energia de 60%, ultrapassando a meta do contrato em mais de 10%. A consequência foi a mudança completa do cenário noturno na capital gaúcha.

O contrato de concessão entre a Prefeitura e a IPSul prevê a busca e o compartilhamento de receitas acessórias entre as partes. Raimundo Garcia Dantas, diretor-executivo da IPSul, diz que, de início, a implantação de telegestão abrange 20% do parque de IP, mas vai crescer ao longo do contrato: “Já na modelagem do projeto, o poder concedente quis incluir na rede os possíveis avanços na tecnologia que pudessem trazer recursos de cidade inteligente e oferecer para a população serviços como wi-fi, monitoramento de tráfego e de variações climáticas, vídeo vigilância nas ruas para melhorar a segurança pública e outros serviços urbanos”.

A boa modelagem não conseguiu evitar problemas na implantação do novo parque de IP. “Como em muitas das cidades brasileiras, a principal dificuldade para modernização do parque foi causada pelo crescimento desordenado”, explica o diretor da IPSul. “Os bairros em metrópole correspondem a várias cidades dentro do município, por isso tivemos trabalho extra de engenharia para identificar todas as tipologias da rede para atender as metas do contrato.”

A modelagem da PPP de IP de Porto Alegre começou no mandato anterior ao do prefeito que concedeu os serviços. “Entendemos que uma concessão de 20 anos não pode ser uma ação de governo, mas ação de estado”, explica Marcos Felipi Garcia, secretário Municipal de Serviços Urbanos de Porto Alegre. “Nossa primeira providência foi reestruturar o setor de iluminação pública para fiscalizar o contrato e acompanhar melhor o desempenho da concessionária para fazer o pagamento da contraprestação em segurança.” Outra mudança no projeto foi começar a modernização pelos bairros com menor IDH. “Assim os 63 bairros mais populares, com problemas mais sérios, receberam a nova iluminação antes”, diz Garcia.



DIVULGAÇÃO



INOVAÇÃO NA CIDADE MARAVILHOSA

Desde que concluiu a modernização do parque de iluminação pública trocando mais de 450 mil pontos de luz para LED, a cidade do Rio de Janeiro reduziu o consumo de energia em mais de 50%, prognosticando uma economia superior a R\$ 300 milhões para os cofres da Prefeitura até 2024. Não só, com a entrada em operação do novo parque de IP foi possível baixar a emissão de CO2 em 1,8 tonelada.

Apesar das dificuldades trazidas pela pandemia da COVID e pela falta de insumos para composição das luminárias LED, a Smart Luz, concessionária dos serviços

de IP do RJ desde abril de 2020, conseguiu renovar o parque no tempo recorde de 24 meses, oferecendo mais segurança e melhoria da rede de comunicação prestada para os municípios. Isso mesmo, o contrato de concessão dos serviços de IP na capital do Rio de Janeiro inclui recursos de cidade inteligente. A implantação de telegestão do sistema em 70% dos pontos de luz, permite também oferecer cinco mil pontos gratuitos de acesso a wi-fi, além da instalação dez mil sistemas de videomonitoramento nas ruas e avenidas.

“Passamos por grandes desafios e sabemos que muitos ainda virão, mas sabemos que alcançamos marcas significativas para a cidade do Rio de Janeiro,” diz Carlos Sanchez, CEO da Smart Luz. “Essa linda cidade também está virando também referência como pioneira em serviços digitais de cidade inteligente”.

Com contrato no valor de R\$ 1,4 bilhão para atender uma população de quase 6,8 milhões de habitantes, a Smart Luz inovou também na busca de financiamento do projeto. Em 2021, a concessionária realizou a emissão de R\$ 925 milhões em debêntures de infraestrutura não conversíveis para o financiamento da PPP de iluminação pública do município do Rio de Janeiro. Uma operação inédita para o setor de iluminação pública, a emissão de debêntures incentivadas tem garantia do United States International Development Finance Corporation (DFC), braço do governo norte-americano para o apoio ao desenvolvimento de infraestruturas no exterior e inaugurou uma alternativa ao financiamento tradicional de projetos de infraestrutura no país.



DIVULGAÇÃO



CONTRATO

20 ANOS
DE VIGÊNCIA

R\$ 1,4
BILHÕES DE
INVESTIMENTO

POPULAÇÃO ATENDIDA

6,8 MILHÃO

PONTOS DE LUZ

533 MIL

CRIMINALIDADE CAI COM MELHOR ILUMINAÇÃO

O principal desafio para a Teresina Luz modernizar o parque de iluminação pública foi a extensão da cidade e a grande zona rural (30% do território), exigindo o deslocamento das equipes em até 150 km do centro para a implantação do novo sistema.

Mesmo assim, a concessionária que tem como acionistas Brasiluz, Conasa e FM Rodrigues, concluiu o trabalho em 20 meses, gerando uma redução de 72% no consumo de energia elétrica. O resultado para os cofres do município foi expressivo. “Antes a Prefeitura pagava R\$ 3,2 milhões na fatura da iluminação,” diz Álvaro Pissara, diretor de Operações da Teresina Luz. “Hoje o gasto mensal fica em média em torno de R\$ 1,3 milhão.”

As velhas luminárias de vapor de sódio e vapor metálico eram poucas e iluminavam mal as ruas. Espaços públicos pouco frequentados, ganharam mais vida à noite com a entrada em operação do novo parque luminotécnico. A melhor visibilidade proporcionada pelas luminárias LED deu mais segurança às famílias. O que fez muita diferença foi a frequência aos parques. “Parque da Cidadania, Parentão e Matias Matos, que eram vazios antes, hoje são lugares de lazer para a população também depois do trabalho”, conta Álvaro.

O sistema de IP de Teresina é coberto por telegestão da rede em 20% dos pontos, mas o projeto estruturado pelo BNDES inclui a possibilidade de que essa cobertura

crezca para oferecer recursos de cidade inteligente com o compartilhamento de receitas geradas pela prestação de serviços digitais entre a concessionária e a Prefeitura.

O impacto da boa iluminação pública na capital do Piauí pode ser mensurado pela Secretaria de Segurança Pública. João de Deus Duarte Neto, presidente da Eturb (Empresa Teresinense de Desenvolvimento Urbano), empresa responsável pelo acompanhamento do contrato de IP, diz que o índice de criminalidade em Teresina caiu em 38%. “Essa informação fornecida pela Delegacia Geral comprova que não é só a sensação de segurança que aumentou,” diz o dirigente da Eturb. “A boa iluminação também está desestimulando a investida dos criminosos.”



ASSIS MACHADO



CONTRATO

20 ANOS
DE VIGÊNCIA

R\$ 434,2
MILHÕES DE
INVESTIMENTO

POPULAÇÃO ATENDIDA

950 MIL

PONTOS DE LUZ

112 MIL

RECURSOS DE SMART CITY SEM DESEMBOLSOS ADICIONAIS

Quando assinou o contrato de concessão com Prefeitura de Angra dos Reis (RJ), a concessionária Luz de Angra, que tem como acionistas Enel X, Selt Engenharia e Mobit, se comprometeu a reduzir o consumo de energia na rede de IP em 42%. Após 24 meses, a economia com o consumo de energia passa de 50% com tendência a melhorar.

A implantação do novo parque teve suas dificuldades. O município de grande extensão tem uma geografia complexa, que inclui ilhas, montanhas, áreas rurais e

ruas estreitas no centro histórico. “Tivemos que entender as reais necessidades e particularidades do município, mapear as áreas de proteção ambiental e as áreas de risco,” explica Carlos Eduardo Cardoso de Souza, responsável por e-City na Enel X Brasil. “Tudo foi feito com a contratação de equipes locais, criação de procedimentos de segurança e meio ambiente, a instalação de sistemas de monitoramento e gestão, em plena interação com diversas secretarias municipais.”

Por ser uma cidade turística, a modernização do parque começou pelos locais de grande concentração e pelo centro histórico. Hoje a Luz de Angra está em fase de aprovação dos projetos para as áreas de destaque e monumentos. O grande diferencial na concessão dos serviços públicos de IP de Angra foi contar, desde o início, com a possibilidade de agregar recursos de cidades inteligentes, como explica Carlos Eduardo: “Foram avaliadas todas as iniciativas existentes no município e as experiências do Grupo Enel no mundo sem trazer desembolsos adicionais para o município.” Deverão ser implementados ao longo de dois anos serviços como wi-fi público e gratuito, estações meteorológicas, semáforos inteligentes entre outros.

Ao ver o impacto causado na população de Angra dos Reis que, com ruas melhor iluminadas, sente-se mais segura e orgulhosa dos serviços, os gestores públicos das cidades vizinhas se animam. “O interesse dos municípios da região cresce quando eles percebem a diferença que faz em termos de consumo de energia e as vantagens do modelo de PPP”, diz o diretor da ENEL X Brasil.



DIVULGAÇÃO

CONTRATO

15 ANOS
DE VIGÊNCIA

R\$ 81,2
MILHÕES DE
INVESTIMENTO

POPULAÇÃO ATENDIDA

207 MIL

PONTOS DE LUZ

20 MIL

O QUE MUDOU NO COTIDIANO DE BRASILEIROS CUJAS CIDADES TIVERAM PARQUES MODERNIZADOS



“Eu vendo churrasquinho aqui no bairro. Depois que colocaram lâmpadas LED ficou mais seguro trabalhar e melhorou muito o movimento. Agora eu posso ficar até mais tarde aberto”.

Robson José Bilham, comerciante do bairro Ruben Berta, de Porto Alegre (RS)



“Com a nova iluminação pública eu me sinto mais segura. Tem mais segurança para meus filhos e sobrinhos irem e voltarem da escola”.

Marina Januário Porto, moradora de Barra do Pirai (RJ)



“Hoje existe este local maravilhoso para a gente fazer atividade física. Mas me lembro bem de como era no passado. Era tão escuro que eu não tinha como usufruir do espaço com meus filhos mais velhos. Agora eu venho praticar exercícios com a minha bebê tranquilamente.”

Claudilene Mendes, dona de casa, moradora de Teresina (PI)



“Aumentou a população que vem para curtir a praia e fica até mais tarde. Hoje não tem mais bandido bagunçando de madrugada.”

Daniel, comerciante com quiosque na Prainha, em Caraguatatuba (SP)

REDUÇÃO DA PEGADA DE CARBONO COM IP

Em tempos de valorização da economia verde, as PPPs de IP são uma ótima notícia. Dentro do setor de infraestrutura, os projetos de iluminação se destacam – e muito – pela redução do impacto negativo sobre o meio ambiente. Estima-se que esta redução gire em torno de 50% sobre o consumo energético padrão em relação aos projetos tradicionais, sendo que o principal vetor da redução é a troca das lâmpadas comuns pelas de LED. Como se sabe, os maiores desafios para o enfrentamento das mudanças climáticas estão no setor energético, no qual tecnologias que utilizam energia de fontes não renováveis aumentam a emissão de gás de efeito estufa (GEE).

Mas a contribuição dos projetos de IP à economia verde não para por aí. “Podemos adicionar a isso os ganhos de eficiência com a telegestão, o que colabora significativamente na redução de emissões de GEE com viagens de manutenção aos pontos que apresentam problemas”, diz Paulo Toledo, diretor de Parcerias com Setor Privado do MIDR – Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional, uma das grandes autoridades em ESG (Environmental, Social and Governance), ou ASG (Ambiental, Social e Governança) no Brasil. No pilar ambiental, se destacam ainda os equipamentos com maior ciclo de vida, que também consomem menos energia.

Se a troca de lâmpadas e a diminuição da pegada de carbono com o fim das viagens de manutenção aten-



“A área de iluminação pública tem em seu principal escopo uma pauta social que é o aumento da segurança pública como a sua maior externalidade positiva. A presença dela ajuda a coibir crimes contra pessoas vulneráveis, podendo reduzir estupros e outros crimes”

Paulo Toledo, diretor de Parcerias com Setor Privado do MIDR

dem fartamente o E do ESG, outras características dos projetos de IP atendem o S (impacto social) e o G (governança). Nos novos projetos, não raro se desenham arranjos institucionais para melhorar a prestação de serviços e se amplia o canal de comunicação com a sociedade e o poder público. Por causa do número de cidades envolvidas, os consórcios de região metropolitana são campeões em qualidade de governança.

As concessões dos serviços de IP também são fortes no critério social. Além de reforçarem a sensação de segurança, os parques de iluminação costumam incentivar a reapropriação de espaços públicos. “A área de iluminação pública tem em seu principal escopo uma pauta social que é o aumento da segurança pública como a maior externalidade positiva. A presença de iluminação pública de qualidade ajuda a coibir crimes contra pessoas vulneráveis, podendo reduzir estupros e outros crimes”, diz Paulo Toledo.



SOMOS A LUZ QUE ILUMINA OS CAMINHOS, O BRILHO QUE ESTÁ NAS RUAS E PRAÇAS

Nossa iluminação traz a tona os assuntos mais importantes para a sociedade, a sensação de segurança, a eficiência, a economia acessível aos cidadãos, a tecnologia que passa do intangível ao concreto.

PARCERIA QUE ILUMINA

- 10,5 mil pontos modernizados com a **tecnologia LED** até Julho de 2023.
- **200 novos** pontos de iluminação.
- Melhoria na qualidade da IP com **atendimento pleno** da norma técnica ABNT NBR 5101.
- **Telegestão** nas vias V1, V2 e V3.
- Iluminação especial em **57 faixas de pedestres** que propiciam a redução de acidentes viários.
- **Eficiência energética** de 65%
- Iluminação de destaque, **tecnologia RGBW** nos bens públicos.



SAIBA MAIS

luzbr.com.br / ledstar.com.br



**AS FRONTEIRAS
DA TECNOLOGIA
SE AMPLIAM**

INDÚSTRIA E FORNECEDORES DE SOLUÇÕES SE PREPARAM PARA AS SMART CITIES

O entusiasmo das autoridades governamentais, concessionárias e municípios com as PPPs de iluminação pública (IP) é compartilhado também entre os fornecedores de soluções tecnológicas e equipamentos para os parques luminotécnicos. Isso se deve a vários fatores: o primeiro à expansão do número de contratos e ao crescimento exponencial do número de projetos. E também ao entendimento pelo mercado desse tipo infraestrutura de que os municípios brasileiros não se contentam mais em oferecer para os moradores somente espaços públicos bem iluminados e serviços eficientes, economizando mais da metade da energia elétrica consumida pela iluminação tradicional. E, o mais importante: o consenso de que o sistema de iluminação pública é a plataforma ideal para agregar recursos de cidade inteligente dando mais conforto à população e gerando receitas acessórias que podem ser compartilhadas entre concessionária e poder concedente.

Para chegar a esse ponto, muitos obstáculos tiveram de ser superados. Entre eles, o problema para a certificação dos equipamentos necessários à rede de IP. A ABCIP trabalhou forte nesse sentido publicando um Guia de Telegestão para disseminar o conhecimento sobre o tema, além de acompanhar o processo de certificação dos equipamentos pelo INMETRO – Instituto

Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia e contribuir com sugestões técnicas. “Nosso trabalho junto ao INMETRO tem sido o de oferecer sugestões com o objetivo de aprimorar as normas para os equipamentos”, diz Luciano Rosito, diretor Comercial da TECNOWATT Iluminação e líder do Comitê de Telegestão da ABCIP. “Nossas contribuições foram bem aceitas, deixando as especificações mais claras para a indústria, mais adequadas à realidade do mercado e atendendo as melhores práticas globais na telegestão de IP.”

O resultado é que, a partir de abril de 2024, entram em vigor as especificações acordadas na nova regulamentação. “O maior desafio para as empresas fornecedoras de soluções tecnológicas é se adequar aos requisitos técnicos que o INMETRO pede e ainda assim manter a competitividade”, diz Luca Siqueira, diretor Técnico da ABCIP e



DIVULGAÇÃO

“O maior desafio agora é se adequar aos requisitos técnicos que o INMETRO pede e ainda assim manter a competitividade”

Luca Siqueira, diretor técnico da ABCIP

diretor Comercial da ST ENGINNERING. “Como os equipamentos terão de ser testados em laboratório antes de ser entregues aos clientes, os custos vão aumentar.”

Não é a primeira vez que os players do mercado de IP têm de se adaptar a novas situações. Desde 2014, a evolução da tecnologia não para. “As luminárias LED são mais eficientes oferecendo hoje iluminação de melhor qualidade e menor consumo de energia,” relata o diretor da ST ENGINNERING, empresa responsável pelo sistema de telegestão dos parques de IP do Rio de Janeiro (RJ), Aracaju (SE) e Feira de Santana (BA). “O Rio de Janeiro tem o maior projeto de implantação de recursos de cidades inteligentes do continente americano,” diz Luca.

Segundo Luciano Rosito, a TECNOWATT, que abastece com luminárias LED municípios em todos os estados brasileiros, a diferença entre as luminárias fabricadas em 2022 e as de 2014 é o aumento da vida útil dos pontos de luz e da eficiência. “A melhoria foi de, pelo menos, 50% na eficiência energética, com a consequente redução do consumo de energia,” diz Luciano. “Por causa da evolução tecnológica e do crescimento do volume de vendas gerado pela aplicação em larga escala, o custo das luminárias LED diminuiu apesar da inflação.”

A movimentação do mercado brasileiro também se deve à expansão das PPPs de iluminação. Haim Hammaoui, presidente da Novakoasin, que representa a britânica TELENSA no Brasil, acredita que ela seja responsável pela alta no faturamento das empresas fornecedoras de tecnologia: “Nossas vendas têm crescido ao redor de



DIVULGAÇÃO

“Com evolução tecnológica e o crescimento do volume de vendas gerado pela aplicação em larga escala, o custo das luminárias LED diminuiu apesar da inflação”

Luciano Rosito, líder do Comitê de Telegestão da ABCIP

20% ao ano.” Responsável pela instalação de sistemas de telegestão em parques de IP de cerca de 100 cidades brasileiras, a TELENSA aplica sua solução tecnológica em mais de 90 países de todos os continentes.

A M2M Telemetria, que fornece sistemas de telegestão para parques luminotécnicos de seis municípios, avalia que as oportunidades de negócio para a empresa aumentaram mais de 200%, projetando incremento de 100% na receita este ano. “O mercado está passando por uma grande transformação que está permitindo às cidades entregar aos seus cidadãos uma melhor qualidade da IP”, diz Gadner Vieira, diretor Comercial da M2M. “A infraestrutura que está sendo construída no país vai permitir novas aplicações e funcionalidades de cidades inteligentes.”

Nos dois últimos anos, a venda de softwares para sistemas de telegestão pela EXATI aumentou 40%, conta Rogério Oliveira, diretor de Desenvolvimento de Negócios. “Estamos hoje em 516 cidades, entre elas, 10 capitais, beneficiando 50 milhões de pessoas.” O executivo acha que as perspectivas são melhores com a regulação dos dispositivos utilizados na rede de IP pelo INMETRO. “A certificação dos dispositivos de telegestão na rede de iluminação pública também vai estimular o avanço da tecnologia,” diz Rogério.

A SMART GREEN, especializada na implantação de sistemas de telegestão em rede de IP e prestando serviços em 15 cidades, credita 60% do seu faturamento às PPPs de iluminação pública. “O mercado um pouco mais maduro tem nos beneficiado nessa modalidade,” analisa Nilson Tanji, gerente comercial da empresa. “Está comprovado que a utilização dos sistemas de telegestão reduz os custos operacionais de supervisão do parque luminotécnico, além de provocar a queda, de imediato, de cerca de 60% no consumo de energia.”

Klaus Dieter Lacher, fundador da KDL Tecnologia em Iluminação, presente em parques públicos de IP de 46 cidades brasileiras e beneficiando 15 milhões de pessoas, diz que a proliferação das PPPs aumentou as vendas da empresa em 90%. “A iluminação pública também promoveu o surgimento de novas indústrias nacionais, acabando com a reserva de mercado,” analisa Klaus. “Nos próximos anos o mercado vai continuar crescendo e a aplicação de tecnologias vai avançar cada vez mais.”

A IHS Towers, uma das maiores desenvolvedoras independentes de infraestrutura de comunicações compartilhadas do mundo, tem 40 mil torres em 11 mercados, sendo sete mil no Brasil. Com a chegada da tecnologia 5G, a IHS Brasil acredita que vá diversificar as ofertas, como o uso de iluminação pública para soluções de small cells ou C-RAN, para ajudar a aproximar as operadoras de celular do usuário final, permitindo conectividade com maior velocidade e menor latência.

A possibilidade das concessionárias e poder concedente auferirem receitas acessórias por serviços de





FREPIK

idades inteligentes está incentivando a indústria a desenvolver novos dispositivos para as redes de IP. A BOTTOMUP Telemetry, que levou três anos para desenvolver dispositivos de conectividade para internet das coisas (IoT), investiu em seis novos devices para, entre eles, proteção das luminárias, prevenção de roubo de energia e proteção contra choques elétricos nos pontos de luz. “Este ano, o mercado de IP deve garantir 70% do nosso faturamento,” prevê Frederico Garcia, diretor de Negócios da empresa. “Para isso estamos investindo na construção de uma nova fábrica de dispositivos três vezes maior do que a que temos.”

O otimismo também é compartilhado pela EVERYNET Brasil, empresa dedicada à criação e operação de redes neutras carrier grade baseadas na tecnologia LoRaWAN

da American Tower, concebida para permitir a prestação de serviços para IoT. “Muitas empresas de telegestão têm essa tecnologia embarcada em seus sistemas para garantir a conectividade sem fio”, diz Gustavo Zarife, Country Manager Brasil da EVERYNET. “Hoje o Brasil é mercado chave para o grupo, tanto que nossa solução está presente nos parques de IP de cinco cidades brasileiras, beneficiando mais de cinco milhões de pessoas”.

Responsável pela marca LEDSTAR, a UNICOPA tem duas fábricas de luminárias LED no Brasil, que atendem todos os estados. “As concessões dos serviços de IP por meio de PPP, é uma das nossas principais frentes de negócios,” informa Peter Cabral, vice-presidente Comercial da LEDSTAR.



ESTRUTURADORES DE PROJETOS

POPULARIZAÇÃO DA SOLUÇÃO JUSTIFICA BOOM

A Caixa Econômica Federal acaba de habilitar 376 municípios a ter os estudos para projetos de PPP de iluminação pública (IP) custeados pelo FEP – Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão e PPP, sendo 107 municípios com população mínima de 80 mil

habitantes, mais 36 consórcios englobando um total de 269 municípios. Cada consórcio público pôde abranger entre dois e 30 municípios, desde que beneficie acima de 100 mil habitantes, explica Felipe Teles, gerente Nacional de Desenvolvimento, Parcerias e Serviços Especiais da CAIXA. “Desde que foi criado em 2017, o FEP já financiou projetos de infraestrutura no valor de R\$ 86 milhões, sendo R\$ 33 milhões só de PPPs de iluminação

CARTEIRA DE PROJETOS



NORTE

📄 4 projetos
🏠 0,34 MM

NORDESTE

📄 19 projetos
🏠 6,73 MM

CENTRO-OESTE

📄 4 projetos
🏠 1,2 MM

SUDESTE

📄 21 projetos
🏠 9 MM

🟡 04 em Negociação

🟢 43 em Andamento

🟡 15 Leiloados

SUL

📄 10 projetos
🏠 2,89 MM



58
PROJETOS
EM CARTEIRA



224
MUNICÍPIOS
BENEFICIADOS



21,7 mi
POPULAÇÃO
ATENDIDA



R\$ 22,1 bi
INVESTIMENTO
PRIVADO TOTAL

pública”, informa Teles. Desses, R\$ 5 milhões já foram devolvidos ao FEP pelas concessionárias dos serviços.”

No total, o FEP conta com R\$ 240 milhões para a estruturação de PPPs de infraestrutura, mas a CAIXA também financia estudos custeados por outros parceiros como o BID. “A assimetria de informações entre as empresas privadas e o poder concedente dos serviços fez com que a CAIXA e o BNDES entrassem na modelagem e estruturação dos projetos como forma de reduzir a sua mortalidade”, diz Teles. Ou seja, na maioria dos casos, as prefeituras não têm condição técnica de avaliar os estudos de PPPs para modernizar os parques e diante do primeiro problema, com os tribunais de conta, por exemplo, não sabem como responder. Fora os municípios habilitados no chamamento do FEP, a CAIXA está estruturando 37 projetos e acaba de leiloar contratos de 11 municípios. “Já foram convocados os primeiros 10 municípios isolados e nossa expectativa é que, já em 2023, um consórcio público dos 36 seja contratado,” prevê o gerente nacional da CAIXA.

O avanço da modernização dos parques de IP por meio de PPP se deve, segundo Teles, à popularização dessa solução e o avanço da tecnologia. “Os gestores municipais entenderam que não é só trocar lâmpadas tradicionais para as de LED, mas renovar e operar o sistema de IP a longo prazo, acompanhando o atendimento das metas estabelecidas no contrato”, analisa o executivo da CAIXA. “A prefeitura só precisa administrar um único contrato com o apoio ainda de um verificador independente do desempenho da concessionária.”

O sucesso das PPPs de IP se deve também, claro, à existência da CIP, contribuição paga pelo município na fatura de energia para custear os serviços de iluminação pública.

O fato da telegestão abranger, de modo geral, uma parte do parque está sendo contornada pelos bancos públicos com a possibilidade contratual de ela ser estendida à totalidade da rede. “No começo, todo prefeito quer também acoplar ao sistema de IP wi-fi para a população, usinas fotovoltaicas, videomonitoramento das ruas etc.,” conta Teles. “Mas desistem de 100% da gestão quando isso vai impactar no valor da CIP.” Por isso, os contratos propostos pela CAIXA preveem o compartilhamento de receitas acessórias entre o município e a concessionária caso sejam instalados recursos de cidade inteligente. “Não existe a regra de instalação parcial, tanto que o contrato de PPP de IP da cidade paranaense de Toledo prevê 100% do recurso,” diz o gerente nacional da CAIXA.



“No começo, todo prefeito quer também acoplar ao sistema de IP recursos como wi-fi para a população, usinas fotovoltaicas, vídeo monitoramento das ruas etc.”

Felipe Teles, gerente Nacional de Desenvolvimento, Parcerias e Serviços Especiais da CAIXA

TELEGESTÃO PODE SER IMPLANTADA A QUALQUER MOMENTO, DIZ BNDES

Desde 2017, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) deu início a 15 projetos de PPP em iluminação pública. Sete tiveram os leilões concluídos com sucesso, quatro estão na fase da estruturação e quatro foram descontinuados por decisão dos municípios. Essa taxa de conversão, considerada elevada pelo banco, é explicada por Leonardo Assuf Castello Branco, gerente do Departamento de Estruturação de Parcerias de Investimentos do BNDES.

Uma das razões desse sucesso está relacionada à difusão das luminárias de LED que, além de serem menos danosas ao meio ambiente, são mais eficientes do ponto de vista energético e, por isso, reduzem muito o consumo de energia. Não menos importante, é a cobrança da CIP, para custeio da iluminação pública, uma fonte de recursos segura e estável. “Esse fator é relevante para atrair o interesse de investidores privados,” diz Leonardo. “O número de projetos exitosos no país nos últimos anos acaba por atrair o interesse de um número ainda maior de prefeituras.”

A alta competição, no entanto, pode provocar um efeito colateral indesejado: altos deságios nos leilões. Como já explicou, nesta edição, Manuel Renato Machado Filho, da Seppi (Secretaria de Infraestrutura Social e Urbana), existe a possibilidade de parte das modelagens apresentadas em leilão estar distante da realidade das empresas e do

mercado. Mesmo assim, destaca Leonardo, “as modelagens referenciais desenvolvidas sabidamente desconsideram alguns elementos que dependem fundamentalmente da estratégia e da visão de cada licitante, a exemplo de descontos originados em negociações com fornecedores ou a perspectiva de exploração de serviços acessórios.”

Questionado sobre as modelagens que não contemplam 100% de telegestão, Leonardo diz que a implantação do sistema se justifica nas principais vias dos municípios, por onde passa quantidade expressiva da população. “As vias de menor tráfego em geral são vias de perfil residencial. Eventuais incidentes de iluminação tendem a ser notificados pela população com maior celeridade”, afirma o gerente do BNDES, ressaltando que a obrigação de monitorar o sistema de IP e de solucionar os incidentes nos tempos estabelecidos em contrato valem para toda a rede.

De qualquer maneira, nada impede que a concessionária utilize o mecanismo de receitas acessórias, previsto em contrato, para desenvolver serviços de cidade inteligente a qualquer momento, diz Leonardo.

|||||
“O número de projetos exitosos no país nos últimos anos acaba por atrair o interesse de um número ainda maior de prefeituras”

Leonardo Assuf Castello Branco, gerente do Departamento de Estruturação de Parcerias de Investimentos do BNDES

CIDADES INTELIGENTES SÃO O FUTURO DAS PPPS DE IP

Os principais órgãos de gestão e fomento às PPPs do governo federal têm destacado as virtudes da telegestão quando o tema é iluminação pública. De fato, o sistema permite que se controle à distância a rede evitando desperdício de energia e dinheiro público. Mais ainda, é a partir dela que se erguem as bases para outros recursos inteligentes: a dimerização, o controle de semáforos, de radares, a operação de câmeras de segurança, wifi etc.

Esses modelos de cidades inteligentes, no entanto, não estão sendo priorizados em grande parte dos projetos no Brasil. Estima-se que a maior parte dos contratos preveja apenas 10 ou 20% de cada sistema dotado de telegestão. Como superar isso?

Dois dos maiores estruturadores de IPs do país, fornecedores frequentes da CAIXA e do BNDES, revelam, em conversa com o Panorama 2023, que modelos que incluem iluminação pública pura, sem o acréscimo de novos elementos, apesar de serem majoritários no país, não são o ideal. "O nosso carro chefe são as cidades inteligentes, que incluem iluminação, energia solar e telecomunicação.



DIVULGAÇÃO

Carmo do Cajuru (MG), com 26 mil habitantes, foi a primeira cidade brasileira a implantar PPP de Cidade Inteligente com a modernização do parque, instalação de placas solares fotovoltaicas, videomonitoramento de vias e wi-fi gratuito de alta velocidade para a população

Esse é o nosso diferencial", diz Leonardo Santos, diretor-presidente do IPGC, Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades. Na área de IP, ele estruturou projetos em 11 cidades, em especial as do Espírito Santo. Todos os projetos embarcaram infraestrutura para telecomunicação e muitos deles contaram com usinas fotovoltaicas, que atendem a demanda energética dos prédios públicos municipais.

Para Leonardo, não faz mais sentido conceder somente o parque de IP, deixando de lado a rede de telecomunicação, base dos sensores das cidades inteligentes. "A

CARTEIRA DO IPGC



PROJETOS

POPULAÇÃO

CONTRATOS

110 **26** MILHÕES **R\$ 4** BI

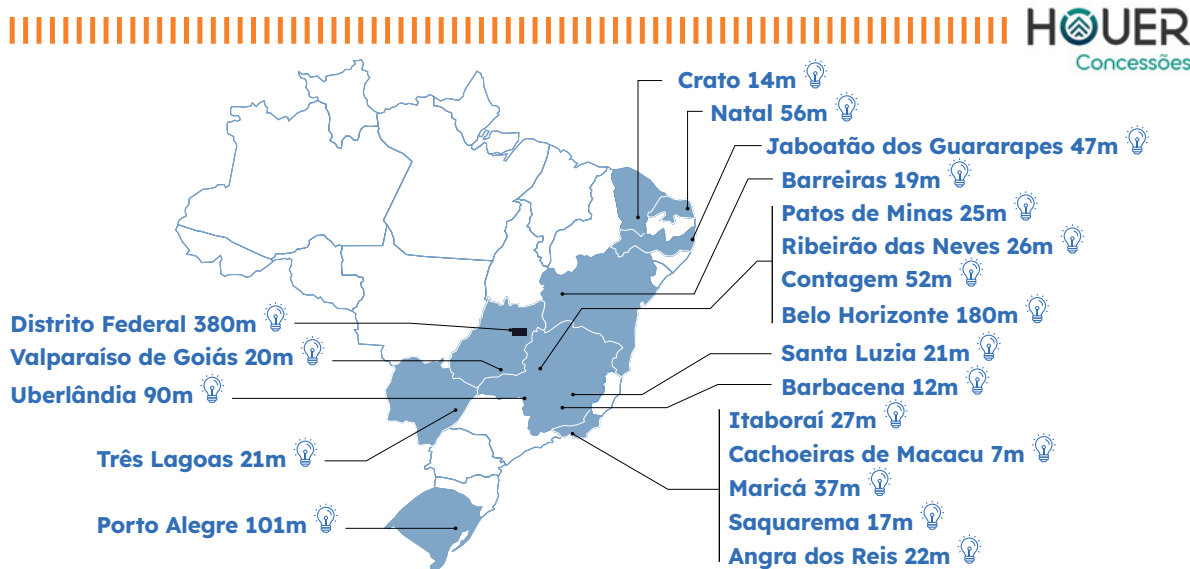
telecomunicação e a iluminação dividem o poste na mesma infraestrutura urbana”, explica. “Junto com a rede de iluminação a gente constrói uma rede de telecomunicação que oferece um sistema de links dedicados aos prédios públicos de altíssima velocidade.” Leonardo conta que, com este tipo de recurso, uma prefeitura pode oferecer telemedicina ao conectar um médico de São Paulo a um outro do interior do Pernambuco, por exemplo, já que tanto em uma região quanto em outra chega uma fibra ótica dedicada.

Para a Houer, outro importante player deste mercado, a tendência no setor de IP é, sem dúvida, a cidade inteligente. “Quando meu cliente permite, eu insiro a telegestão no projeto”, diz Camilo Fraga, sócio fundador e diretor

comercial da Houer. “Mas muitos estão engessados e não permitem que a gente modele uma cidade inteligente.”

A Houer já estruturou mais de 1,5 milhão de pontos e atuou como Verificador Independente em mais de 1 milhão de pontos, o que, nas contas da empresa, impacta 30 milhões de brasileiros. “Sempre alerta meus contratantes quando falo sobre os projetos,” diz o diretor comercial da empresa. “Os projetos de IP puros vão diminuir e têm data para acabar.” Camilo baseia sua visão em dois motivos: a tendência a uma revisão na modelagem padrão pelos governo federal e bancos públicos e uma provável mudança na legislação para utilização mais abrangente da CIP, o que beneficiaria os projetos de cidades inteligentes.

CARTEIRA DE PROJETOS



RECEITAS ACESSÓRIAS E GARANTIA DE PAGAMENTO SÃO PONTOS-CHAVE



DIVULGAÇÃO

Os resultados alcançados pelas cidades que optaram pela parceria com a iniciativa privada para modernizar os parques de iluminação pública estão estimulando o interesse dos prefeitos de municípios de todos os portes a buscar essa alternativa. Mesmo assim, há muitas dúvidas. Nesta entrevista, Eduardo Gurevich, diretor da ABCIP, sócio-fundador e responsável pelos Projetos de Infraestrutura do Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri Advogados, fala sobre os entraves e benefícios que envolvem as PPPs desse tipo de infraestrutura.

A modelagem dos projetos de PPP de IP estão de acordo com as necessidades do mercado atual?

Em grande parte. Para o poder concedente há a segurança de que os serviços serão prestados de forma adequada por uma empresa privada comprometida com a população, regulada e fiscalizada nos termos do contrato de PPP e cujos resultados econômicos virão a longo prazo. Para a população, os resultados são fantásticos. Logo nos primeiros anos, a cidade passa a ser iluminada, criando novos hábitos dos munícipes e uma nova forma de convívio com o espaço público. Para a empresa privada, não obstante a existência do contrato,

das garantias de pagamento por parte da administração pública, o que se vê em alguns casos é a falta de comprometimento das autoridades municipais no cumprimento das obrigações contratuais.

Pela sua experiência, quais são as maiores dificuldades contratuais que ameaçam os contratos de PPP de IP no Brasil?

Sem dúvida, é a ausência de um verificador independente (VI) que possa funcionar como fiel da balança em relação aos interesses das concessionárias-contrapostos ao do poder concedente. A prática tem mostrado que, nos contratos em que há a figura do VI, as discussões sobre cumprimento ou não de obrigações contratuais são atenuadas. Ademais, não há dúvida que o banco centralizador ou o administrador público responsável pela liberação de pagamento da contraprestação à concessionária sente-se mais seguro em pagar a quantia devida quando recebe o relatório do verificador independente.

Quais garantias as concessionárias precisam para que a iniciativa privada encare as PPP de IP com mais entusiasmo?

A garantia de pagamento nos contratos de PPP em geral é a pedra fundamental do sucesso ou não do empreendimento. No caso dos serviços de IP, a mágica consiste em garantir que as receitas da CIP (ou parte delas) sejam direcionadas ao pagamento da con-

traprestação. Os contratos recentes modelados pela CAIXA e pelo BNDES procuram blindar essa receita – que, aliás, é de excelente qualidade, pois vem inserida na conta de luz – de ataques disruptivos do poder público. Contar com um banco centralizador, com contas reserva em caso de ausência de receita, com cessão fiduciária dos recursos arrecadados, são instrumentos que tranquilizam o setor privado em relação às garantias de pagamento.

A geração de receitas acessórias advindas dos serviços digitais prestados por meio da IP é um assunto melhor assimilado pelo poder concedente?

Há um enorme debate sobre as receitas acessórias nas PPPs de IP. A legislação permite à concessionária auferir receitas acessórias decorrentes de projetos correlacionados ao objeto da PPP, nos termos estabelecidos no edital e contrato de PPP. A questão que se enfrenta é a de saber se é possível que o próprio poder público venha a ser o contratante desse projeto associado ao contrato de PPP e que gerará receitas acessórias ao concessionário, por conta da necessidade de procedimento licitatório estabelecido em nosso ordenamento jurídico. Há uma discussão interessante no sentido de que o poder público licite em um único edital não só o serviço principal de IP, mas também e conjuntamente alguns serviços correlatos a ele, discriminando de forma clara de onde sairão os recursos públicos para carrear os serviços contratados (de ilu-

minação pública advindos da CIP e de projetos correlatos de outras fontes municipais).

Qual é o contrato de PPP de IP ideal, na sua visão?

Não há contrato ideal, mas não há dúvidas de que houve uma sensível melhora nas modelagens contratuais ao longo dos anos. O que no passado funcionou, talvez hoje não funcione mais, impondo aos estruturadores novos e constantes desafios em modelar o contrato de PPP aderente à realidade presente e com olhos voltados ao futuro. A cada percalço vivido, pensa-se em novas soluções para que isto não volte a ocorrer. Eu diria que a evolução dos contratos de PPP em IP segue a velha máxima de “tentativa e erro”. O que é bom permanece. O que não deu certo, muda-se.



“A garantia de pagamento nos contratos de PPP é a pedra fundamental do sucesso. No caso de IP, a mágica consiste em garantir que as receitas da CIP (ou parte delas) sejam direcionadas ao pagamento da contraprestação”

Eduardo Gurevich, diretor da ABICP

O VERIFICADOR INDEPENDENTE É O FIEL DA BALANÇA NOS CONTRATOS DE IP

O avanço da modernização dos parques de iluminação pública no Brasil deve-se principalmente à alta profissionalização na estruturação dos projetos de parceria público privada e o aprimoramento dos mecanismos que regem os contratos de concessão dos serviços. Entre eles, a figura do Verificador Independente (VI), que trabalha para assegurar o adequado cumprimento das metas do contrato bem como ajudar a harmonizar pontos de divergência. “O VI confere maior transparência do gasto público e, por ser uma entidade independente do poder concedente e da concessionária, está apto a apontar obrigações do contrato que impactam diretamente a remuneração da concessionária e o gasto do poder municipal”, diz Henrique Portella, gerente Sênior de Consultoria da EY, contratada como verificador independente pelas cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba, Vila Velha (ES) e Ribeirão das Neves (MG). “O VI pode contribuir para diligenciar análises acerca do reequilíbrio econômico-financeiro e de potenciais receitas acessórias.”

Algumas concessionárias, no entanto, reclamam que, em alguns casos, o VI tem sido mais exigente do que o poder contratante, criando entraves para o atendimento das metas do contrato. “O VI não tem autonomia

|||||
**“A fiscalização continua sendo do
poder concedente. O VI confere
maior transparência do gasto
público por ser independente”**

Henrique Portella, gerente Sênior de Consultoria da EY



nem flexibilidade para atuar aquém ou além do que é previsto em contrato,” afirma Portella. “Os entraves geralmente se encontram na origem do contrato de PPP e/ou no próprio contrato de Verificação Independente, que disciplina o escopo da atuação.”

A resistência à inclusão do VI na estruturação dos projetos de PPP de IP se deve, segundo o diretor da EY, ao custo da contratação do serviço ou ao entendimento de que a prefeitura tem estrutura própria para fiscalizar o contrato. “O Verificador Independente não é o fiscal do contrato. Este papel continua a ser do poder concedente,” explica Portella. “O principal papel do VI é o de verificar o cumprimento do contrato por meio de indicadores de desempenho que impactam diretamente a contraprestação paga à concessionária.” Outro benefício da contratação do VI é sinalizar ao mercado e ao

|||||
“Como os contratos são de longo prazo (podem durar até cinco mandatos) e envolvem os interesses do poder concedente, concessionária e distribuidora de energia, o verificador independente acaba sendo o algodão entre os cristais”

Márcio Pinto, coordenador de Concessões da Zopone Engenharia

poder concedente de que esse serviço não carregará qualquer viés a não ser o técnico. “Essa sinalização é importante inclusive para promover uma maior atratividade nas licitações de PPP e trazer mais segurança para a administração pública”, defende Henrique Portella.

As concessionárias que atuam em contratos com a previsão do Verificador Independente acreditam que pelo conceito de PPP ser, especialmente para os gestores municipais, muito novo e muito recente a passagem da responsabilidade sobre iluminação pública para as prefeituras (2010), a figura do VI é fundamental. “Como os contratos são de longo prazo (podem durar até cinco mandatos) e o negócio envolve os interesses do poder concedente, concessionária e distribuidora de energia, o verificador independente acaba sendo o algodão entre os cristais”, diz Márcio Pinto, coordenador de Concessões da Zopone Engenharia, acionista das concessionárias paulistas de Pederneiras, Franco da Rocha e São Manuel. “Como as prefeituras não têm equipe com qualificação técnica (jurídica, financeira e de engenharia) para acompanhar os contratos de PPP, uma empresa independente faz toda a diferença. Do ponto de vista da concessionária, o VI garante o pagamento pela CIP que pode não ser repassado caso mude a administração.” A existência do VI não elimina a existência de conflitos. “Claro que no dia a dia surgem divergências, mas isso faz parte do processo. Por ser um controle independente, o VI traz segurança para todas as partes,” diz Márcio Pinto.

QUEM SOMOS

ABCIP

Pedro Vicente Iacovino
Diretor Presidente

Eduardo Isaias Gurevich
Diretor Institucional

Luca Siqueira
Diretor de Tecnologia

Eliana Stellino
Assessora Institucional

Leila Reis
Assessora de Imprensa

Comitê de Telegestão
Líder - Luciano Rosito (Tecnowatt Iluminação)

Participantes: Luca Siqueira (ST Engineering), Gustavo Zarife (Everynet), Nilson Tanji (Smartgreen), Rogério Oliveira (Exati), Adalberto Battistini e Haim Hamaoui (Telensa/Novakasin), Bruno Souza (Unicoba/Ledstar), Klaus Lacher (KDL), Gadner Vieira (M2M), Calisto Sena (Tradetek), Alex Sato (Splice) e Fred Braga (Bottom-up)

Comitê de Receitas Assessórias
Líder - Márcio André Pinto (Zopone Engenharia)

Participantes: Vanessa Rosa (Lacaz Martins), Álvaro Pissara (Mauá Luz), Carlos Henrique Moutinho (Statled), Hector Felix (Splice), Luca Siqueira (ST Engineering), Otavio Silva (Everynet), Luciano Rosito (Tecnowatt), Rogério Oliveira (Exati), Adalberto Battistini e Haim Hamaoui (Telensa/Novakasin), Alex Dellai (Unicoba/Ledstar), Klaus Lacher (KDL), Felipe Fulgêncio (M2M), Renato Araújo (Tradetek), Fred Braga (Bottom-up) e Augusto Ohashi (Nouvonn)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS CONCESSIONÁRIAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

www.associacaoabcip.com.br

Rua Padre João Manuel, 923 – 8º andar
São Paulo - SP

contato@associacaoabcip.com.br
tel: (11) 98084-1238 (Eliana Stellino)



ABCIP

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS CONCESSIONÁRIAS
DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

NOSSOS ASSOCIADOS



IOT DEVICE INDUSTRY
(INTERNET DAS COISAS)
www.bottomup.com.br



ILUMINAÇÃO PÚBLICA
DE CARAGUATATUBA - SP
www.caragualuz.com.br



SUA REDE
NACIONAL LORAWAN
www.everynet.com



LÍDER EM SOFTWARE
DE GESTÃO PARA
ILUMINAÇÃO PÚBLICA
www.exati.com.br



CONTRIBUIR PARA A
CONSTRUÇÃO
DE UM NOVO BRASIL
www.hfc.com.br



INFRAESTRUTURA
COMPARTILHADA DE
COMUNICAÇÃO
www.ihstowers.com



SOLUÇÕES PARA
ILUMINAÇÃO
PÚBLICA
www.kdliluminacao.com.br



O ESCRITÓRIO QUE
ENTENDE SEUS CLIENTES
www.lacazmartins.com.br



SOLUÇÕES EM
ILUMINAÇÃO LED
www.ledstar.com.br



SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO
PÚBLICA DE EXCELÊNCIA
www.luzbr.com.br



VIVEMOS A INOVAÇÃO QUE
TRANSFORMA A ENERGIA E AS CIDADES
www.m2mtelemetria.com.br



ILUMINAÇÃO
PÚBLICA DE MAUÁ - SP
www.maualuz.com.br



TECNOLOGIA, SEGURANÇA E
QUALIDADE DE VIDA A TODOS
www.ssplice.com.br



SOLUÇÕES EM INTEGRAÇÃO
DE AUTOMAÇÃO
www.smartgreen.net



TECNOLOGIA DE PONTA
ALIADA ÀS METODOLOGIAS
TRADICIONAIS DE CONSTRUÇÃO
www.statled.com.br



TECNOLOGIA E
SOLUÇÕES PARA
SMART CITIES
www.stengg.com



NEGÓCIOS
PARA
NEGÓCIOS
www.stieletronica.com.br



SOLUÇÕES EM ILUMINAÇÃO E
CONTROLES FOTOELÉTRICOS
www.tecnowatt.com.br



CONTROLES INTELIGENTES
NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
www.novakoasin.com.br



SOLUÇÕES EM ILUMINAÇÃO
PÚBLICA E INFRAESTRUTURA
www.tradetek.com.br



GERANDO CONECTIVIDADE E
HABILITANDO SOLUÇÕES DE IOT
www.nouvenn.com/br

A LUZ QUE GUIA O CAMINHO PARA O AMANHÃ

Iluminamos projetos e trajetos, com alta economia e eficiência energética, construindo uma nova rota para o avanço da cidade.

INFRAESTRUTURA PARA O PROGRESSO

- 8,8 mil pontos modernizados com a **tecnologia LED** até novembro de 2023
- Ampliação de mais **100 novos** pontos de iluminação.
- Eficiência **energética de 55%**
- Melhoria na qualidade da IP com **atendimento pleno** da norma técnica ABNT NBR 5101.

SAIBA MAIS:

luzbr.com.br / tecnowatt.com.br



LUZ de
Pederneiras

TECNOWATT
ILUMINAÇÃO

